

ENTREVISTA

[PROFA. ANA KEILA MOSCA PINEZI]¹Clarissa De Franco²
(equipe editorial Último Andar)

Nesta edição, recebemos com carinho a professora Ana Keila Mosca Pinezi, que tem trabalhado na Universidade Federal do ABC com temáticas como religião, gênero e identidade, pensando as políticas públicas e ações afirmativas em nosso país. Dentro dos estudos da religião, Ana Keila tem pesquisas com foco nos grupos protestantes e pentecostais, debatendo – prioritariamente - laicidade, religião e política.



¹ Ana Keila Mosca Pinezi possui graduação em História - licenciatura plena pela UniMauá (1991), bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1995), mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1999) e doutorado em Ciências pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é docente (professora associada) da Universidade Federal do ABC. Suas áreas de pesquisa são Antropologia e Sociologia da Religião e Urbana; Políticas Públicas em Educação; Antropologia e Sociologia do corpo e do gênero. Entre suas temáticas de pesquisa de interesse estão religião, relações de gênero e corpo; direitos humanos e particularismo cultural; processos identitários, memória e simbolismos e ações afirmativas e políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior. Coordenou o programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, da UFABC, de 2010 a 2014. É membro associada à ANDHEP e à Associação Brasileira de Antropologia (ABA). É membro da diretoria da ANINTER-SH (Associação Interdisciplinar em Sociais e Humanas). Integra o Núcleo de Ciência, Tecnologia e Sociedade (NCTS) da UFABC. Coordena o Grupo de Representações e Símbolos e

² Psicóloga, mestre e doutora em Ciências da Religião (PUC-SP) e pós-doutoranda em Ciências Humanas e Sociais (UFABC), clarissadefranco@hotmail.com

Último Andar: Conte sobre sua trajetória profissional e pessoal, destacando os estudos e o lugar da religião em sua vida.

Ana Keila Mosca Pinezi: Nasci no meio protestante. Não sei datar, mas já quando criança eu fazia questionamentos sobre as regras da igreja, porque eram dessa forma e não de outra. Lembro-me que isso ficou ainda mais forte quando houve uma comemoração do “dia do índio”, na própria igreja, e uma missionária que trabalhava na Amazônia, com uma etnia indígena, fez uma palestra e contou costumes deles, como viam a floresta e as divindades. Aquilo me fez pensar ainda mais no que vim a entender e a problematizar mais tarde na universidade: a questão da alteridade e da diferença. Minha primeira graduação foi em História. Tive duas disciplinas de Antropologia e gostava muito de discutir essa questão, em especial as que diziam respeito à religião e à religiosidade ou a forma como os distintos grupos sociais organizavam sua relação com o sagrado. Apesar disso, nessa época, atraiu-me muito os estudos relacionados à política, especialmente a temática do populismo na América Latina. Então, acabei me debruçando no estudo do grande ícone populista no Brasil, Getúlio Vargas, sobre quem resolvi escrever no meu trabalho de final de curso. Tive a oportunidade, depois disso, de ingressar em outro curso de graduação, dessa vez na Universidade de Brasília. O curso de Ciências Sociais lá oferece ênfases em Sociologia ou Antropologia. Optei pela segunda. Ao mesmo tempo em que cursava Ciências Sociais, comecei a fazer minha primeira iniciação científica sobre a queda e a ascensão de Fernando Collor de Mello descritas pelo *Jornal do Brasil*. Fiz parte do Grupo de Pesquisa Mídia e Política do Departamento de Ciência Política da UnB. Até então parecia que estudar religião não estava no meu horizonte até que mergulhei na teoria clássica da antropologia e li “A Rama Dourada” ou “O Ramo de Ouro”, do antropólogo escocês sir James George Frazer, cuja primeira publicação se deu em 1890. Trata-se de uma obra sobre mitos, magia e religião no pensamento dito primitivo. Ler tantos costumes exóticos relacionados a esses temas inter-relacionados me levou a organizar, na minha memória, as noções sobre alteridade e diferença. Aqueles sentidos, tão distintos dos meus, dos nossos, eram perfeitamente lógicos e abriam, para mim, um mundo de outros significados, outras maneiras de pensar a vida, a morte, a dor, o sofrimento, o outro mundo e este aqui. Frazer faz um trabalho fantástico em que compara as mais distintas religiões e procura um núcleo comum entre elas. Dois dos seus conceitos mais importantes e fascinantes são o da magia contagiosa e o da homeopática ou imitativa, ramos do que chamou de magia

simpática. Não cabe aqui explica-las, mas apontar como Frazer inicia uma classificação sobre o pensamento mágico e religioso a partir de comparações. Embora tenha sido um evolucionista (são assustadores os termos que Frazer utilizar para falar sobre a mente 'primitiva' usando expressões como 'mente subdesenvolvida', 'inteligência tosca'), com todas as críticas que lhe são devidas, não se pode deixar de dar o valor que tem esse estudo pioneiro desse antropólogo escocês.

Essa leitura me fez ter a clareza de que era possível estudar a religião ou as religiões, seus mitos, explicações, mágicas para além de uma exegese colada numa teologia classificatória. Era possível estudá-las a partir da lógica, dos sentidos, dos símbolos e significados construídos pelos povos, pelos grupos sociais. Comparar seus sistemas classificatórios também era possível, mas apenas se feito com base na noção de diversidade, alteridade e diferença. Era possível estudar religião como se estuda política institucionalizada e, embora sejam temáticas distintas, há correlações possíveis entre elas. O carisma, por exemplo, é uma delas. Enveredando pela teoria antropológica, Lévi-Strauss apareceu aqui, fortemente, para mim e seus estudos sobre parentesco e família, história e raça, neste último em que aponta de maneira clara a questão do etnocentrismo, ajudaram-me a formular minha primeira pesquisa, na época da graduação. Foi, então, que fiz um projeto de pesquisa para buscar entender família e sexualidade entre evangélicos de um grupo pentecostal em comparação com um grupo protestante histórico. Fiz a pesquisa de campo em Brasília. A análise dos dados de pesquisa foi feita pelo viés interpretativo geertziano. Assim, pensando a religião como um sistema cultural, a análise levou-me inevitavelmente a cruzar uma série de temas como gênero e religião. Hierarquias eclesásticas, moralidades hierarquizadas em termos de gênero, no ambiente intra e extradoméstico, 'forçaram-me' a trabalhar a religião articulada às relações de poder travadas no âmbito das questões de gênero. E assim tem sido desde então. Estudar religião tem me empurrado para temáticas correlacionadas, imbricadas, hibridizadas. Foi assim no mestrado. Nele, fiz desdobramentos do que havia começado a pesquisar na graduação e resolvi estudar uma comunidade protestante histórica no que se refere às relações de gênero entre seus adeptos, especificamente casais adeptos. Contradições, ambiguidades e inconsistências apareceram como centrais nos discursos desses casais diante de, por um lado, uma moralidade rígida e fixa expressa no discurso e, por outro, nos valores de uma modernidade que adentra o templo e o espaço privado da família. No doutorado, a questão de gênero não desaparece, mas encontra-se articulada com o tema central de minha investigação; dessa vez a noção de esperança entre dois grupos evangélicos distintos, um

neopentecostal e outro protestante histórico. Compreender como são construídas esperanças (é impossível pensa-la no singular) por esses fiéis foi uma tarefa que me levou a várias direções. Entre elas, a da morte, a da cura, a do corpo, a da prosperidade, a da negação de um futuro escatológico. É uma esperança em mutação, em transformação, mas que se torna o amalgama das fissuras que os desafios de novos elementos socioculturais da modernidade possam causar.

Na minha trajetória como pesquisadora, tenho sido desafiada por um conjunto inesgotável de temáticas correlacionadas e que vem de demandas internas (minhas inquietações diante do que observo) e externas (do que orientandos e orientandas têm me desafiado a conhecer e a refletir). Neste momento, tenho iniciado pesquisas e reflexões acerca da religião na esfera pública, especificamente as questões relativas à laicidade e à forte presença de grupos religiosos nesse meio. Paralelamente, desenvolvo iniciei uma pesquisa sobre migração e religião em um bairro paulistano fronteiro ao ABC paulista, em que a presença de migrantes nordestinos é histórica. A questão de gênero também aparece aí, com toda a sua força.

UA: O que você destacaria a respeito da moralidade protestante, diante da perspectiva de negação de valores mundanos? Há mudanças a este respeito quando se observam os/as jovens protestantes? Existem diferenças significativas entre as diferentes denominações protestantes?

AKMP: Embora os pilares da doutrina do protestantismo histórico, especialmente de matriz calvinista, que é a que estudei, continuem a se mostrar fortemente presentes no discurso protestante, houve transformações bastante sensíveis desde a análise weberiana da ética protestante e o espírito do capitalismo. O ascetismo não se encontra, pelo menos não classicamente, entre os protestantes mais. O mundo foi reinterpretado e continua a sê-lo por eles que, apesar de afirmarem dele não fazer parte, encontram-se cada vez mais integrados e derrubam fronteiras de uma moralidade que outrora já foi reconhecidamente exclusiva a eles e calcada numa tradição inconfundível. O mundo não é mais negado. Ele existe e dele deve-se tirar, segundo a percepção dos protestantes 'modernos', o que há de melhor. A moralidade protestante, se é que se pode falar assim, haja vista que há uma diversidade imensa no interior desse termo e, portanto, o mais correto seria falar em moralidades protestantes, é mais uma

em meio a tantas outras e pode ter ligação, inclusive, em muitos pontos, com outras, religiosas e não-religiosas.

Tradicionalmente, os pontos nevrálgicos das moralidades protestantes estiveram relacionados à sexualidade, ao casamento e à família. Um único tipo de constituição familiar, a nuclear, formada por um casal heterossexual e sua descendência; a sexualidade restrita ao espaço do casamento, a virgindade (embora no discurso voltada ao homem e à mulher, há uma maior vigilância e punição à mulher, caso ela transgrida essa norma antes do casamento), a heterossexualidade e a condenação do que nela não se enquadre; o casamento como um mandamento divino, nos moldes da família burguesa, ainda são as bandeiras morais mais fortes encontradas. Isso não significa, no entanto, que rearranjos e negociações não ocorram no interior não só no universo das denominações protestantes como também das pentecostais. Ao contrário. Se pensarmos na identidade como uma construção coletiva constante, não fixa, fluida, podemos pensar assim também a identidade religiosa desses grupos. Num cenário de enfraquecimento do compromisso com tradições, em que a religião de origem cede lugar para a religião sentida, escolhida, as moralidades estão em efervescente transformação. Novos tipos de composição familiar, a ampliação dos espaços femininos de atuação, tanto no espaço religioso como em outros seculares foram, juntamente com um afrouxamento da rigidez puritana do protestantismo histórico e do pentecostalismo, abrindo espaço para micro transformações sucessivas e que podem ser vistas de forma mais sensíveis nesses espaços e na constituição moral desses grupos. Não é por acaso que inconsistências, ambiguidades sejam tão presentes ao se analisar os discursos 'institucionais' dos adeptos em relação ao discurso de temas mais secularizados em que se fazem não só presentes, mas incorporados elementos da cultura contemporânea. A negação da cultura brasileira, no início da instalação do protestantismo histórico no Brasil, e até a aversão e a contraposição a ela já não aparecem, pelo menos não em todas as questões. Vemos nos espaços de encontro, nos rituais (exacerbação dos valores do cotidiano, do corriqueiro, do comum que caracteriza um determinado grupo, como aponta Mariza Peirano em 'Rituais ontem e hoje') ações, comportamentos, elementos dos mais variados que se conectam a muitos elementos culturais brasileiros. Em certa medida, a pentecostalização, em menor ou maior grau, de muitas igrejas históricas também explica essa abertura a novos, embora familiares, elementos da cultura brasileira e da condição da modernidade.

O segmento jovem das igrejas representa mais claramente essas mudanças. Embora as moralidades, como já dissemos, sejam distintas nas mais variadas denominações protestantes

e pentecostais, a juventude evangélica (termo que não pode encerrar uma ideia de um bloco unívoco e monolítico) movimenta-se mais livremente por entre valores não inflexíveis e que admitem uma relação com muitos valores e comportamentos outrora considerados 'mundanos'. O gospel parece ser o ponto de encontro simbólico entre jovens de várias denominações. Eles dividem a ideia de uma mesma divindade, calcada nos sentimentos de cristandade de amor, alegria, mas também os de busca de uma condição de vida melhor em termos de perspectiva de trabalho e ascensão social.

UA: Que questões poderiam ser apontadas como relevantes para identificar o papel das mulheres nos grupos protestantes de um modo geral? Há diferenças significativas do que quando se trata de outros grupos religiosos?

AKMP: Em termos muito genéricos, as mulheres, no universo evangélico mais amplo, têm um papel restrito na hierarquia eclesiástica. Os cargos mais considerados mais elevados (e o são em termos de poder e autoridade) estão disponíveis apenas para homens. Algumas igrejas inclusivas têm mudado essa condição, muito embora não sejam reconhecidas por protestantes históricos e pentecostais mais tradicionais como evangélicas.

O papel da mulher nestas últimas, no interior do grupo religioso, está ainda muito relacionado ao papel tradicional de gênero, isto é, às suas 'competências', vistas como inatas, do cuidado com crianças, com a educação religiosa delas, das atribuições com a cozinha, com as festividades, com o apoio às visitas, com o compromisso precípua com a família e seu bem-estar. Em algumas denominações neopentecostais, as mulheres denominadas de 'obreiras' dividem seu trabalho na igreja com homens, que também são 'obreiros', mas poucos são os espaços religiosos em que elas chegam ao cargo máximo, o de pastoras. Presbíteras e diaconisas já são mais comuns, mas ainda soam estranhamente aos ouvidos de boa parte das denominações protestantes históricas. Nessas, têm sua agência circunscrita ao posto de professoras, de crianças e adultos, na 'escola bíblica dominical', e às sociedades internas femininas, que funcionam como suporte ao pastorado e como um espaço de proselitismo por meio do oferecimento de oficinas de artesanato e outros trabalhos manuais para mulheres de fora da igreja.

Ainda, é preciso apontar para algumas mudanças que alguns valores de algumas denominações evangélicas possibilitam às mulheres, em especial no espaço familiar.

Pesquisas apontam que no pentecostalismo, por exemplo, a massiva adesão feminina está relacionada ao acolhimento de mulheres que sofrem violência doméstica. Elas são empoderadas pelo discurso religioso e os seus companheiros, ao aderirem também a religião, acabam ouvindo um discurso de condenação dessa violência, o que, por sua vez, leva à amenização dos conflitos domésticos.

UA: Quando se abordam questões de poder, Estado e laicidade em relação aos religiosos e às religiões, um grupo que frequentemente é citado é o de evangélicos. Hoje temos 78 parlamentares que se declaram evangélicos, dentre eles o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha. De que modo este número tem afetado as relações entre Estado, religião e sociedade civil? Por favor, elucide as diferenças entre grupos religiosos e as problemáticas envolvidas neste debate.

AKMP: A religião, ao contrário do que muito se preconizou ou mesmo se reivindica, não ficou circunscrita à esfera pública, mesmo com o processo de secularização e a laicização, seja lá como ela aconteceu em diversas sociedades. Mesmo com a separação, no Brasil, entre Estado e Religião (no nosso caso, concretamente a católica), no nascer da República, os laços entre ambas não foram completamente cortados extraoficialmente. Negociações, cooperações entre ambas continuaram a existir. O que vemos agora é um certo continuísmo disso, não mais exclusivista (como era com o catolicismo), mas potencializado pela institucionalização política de grupos que se legitimam não apenas em seus grupos religiosos, mas por eles e outros não religiosos que se coadunam às reivindicações de naturezas diversas, embora sempre relacionadas à ampliação de poder para fazer florescer um projeto de moralidade única e monolítica sobre temas polêmicos. A evidenciação desses grupos chamados genericamente de evangélicos, muitos dos quais compõem a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), no cenário político brasileiro coloca às claras uma disputa simbólica acirrada entre os valores desses grupos e o de tantos outros, inclusive os que representam a busca e a manutenção de direitos sociais duramente conquistados. Embora não participem da FPE todos os parlamentares evangélicos e nem que todos os que dele fazem parte estejam em consonância com as decisões dessa frente, as reivindicações dela têm se voltado para questões que dizem respeito a uma moralidade não só evangélica, mas cristão, de uma maneira bastante genérica. Tanto que em

muitas matérias e projetos de lei que ela propõe os parlamentares católicos e suas prelaças fazem coro.

São alvos da FPE como projeto de 'moralização' e de 'civilização' da sociedade brasileira os direitos reprodutivos das mulheres, mais precisamente o apoio do Estado em casos de aborto (inclusive os já permitidos por lei); os direitos dos homossexuais como as questões relativas às uniões homoafetivas e ao reconhecimento dos seus direitos de cidadania; as políticas públicas voltadas às mais diversas configurações familiares (daí o recente projeto de lei voltado à tornar a família nuclear, pelo chamado 'Estatuto da Família', a única reconhecida como família); uma educação que leve em conta a diversidade (sexual e de gênero) – daí a imensa pressão dos parlamentares evangélicos, que foi atendida, para a retirada da palavra gênero do Plano Nacional de Educação sob a alegação de que se tratava de 'ideologia de gênero' como uma forma de levar à 'degradação' sexual das crianças e jovens. Ainda, há um projeto de lei, de um dos mais influentes deputados evangélicos, que propõe o ensino do criacionismo nas escolas. Pode-se ver, claramente, um projeto de 'moralização' e proselitismo religioso por parte da FPE no que tange a questões, supostamente laicas, relativas à cidadania. A noção de cidadania, portanto, é revisitada por esses parlamentares que a subvertem no sentido de se colocarem como alvos de uma sociedade deteriorada e que lhes ameaça de exercerem sua forma de vida, que, para eles não é só a melhor, mas a única correta, o que pressupõe o fim da diversidade. A tudo isso somam-se 'compromissos' e apoios dados por parlamentares evangélicos, suas redes e suas instituições (muitas delas com um poder financeiro e arrematador de fiéis-eleitores bastante significativo) a políticos não religiosos e que lhes possibilita a entrada e a ocupação de espaços institucionais estratégicos, como a comissão de direitos humanos.

UA: Em sua pesquisa: "O sentido da morte para protestantes e neopentecostais", você identifica diferenças significativas na visão de morte dos dois grupos, sendo que o grupo de protestantes históricos se aproxima da visão clássica cristã de sacrifício desta vida em nome da vida eterna após a morte. Já o grupo de neopentecostais situa na vida terrena seu sentido da existência, considerando a morte como uma ruptura, algo que acaba por trazer desempoderamento. Há outras diferenças significativas no que se refere, por exemplo, aos rituais mortuários? Apesar destas diferenças, pode-se dizer que a morte é encarada por ambos

os grupos como natural (por ser parte de um processo de redenção espiritual para os protestantes, e por ser parte do fim do ciclo de bênçãos para os neopentecostais)?

AKMP: Não vi, nessa pesquisa, nenhum indício de que os dois grupos encaram a morte como algo 'natural'. Ao contrário. Ela, a morte, para eles é revestida de um significado que tem uma relação direta, de formas distintas nas doutrinas de cada grupo religioso, com a noção de esperança e as expectativas que são construídas em torno dos valores e significados constituintes da identidade religiosa desses grupos. Para o grupo protestante histórico estudado, a esperança está duplamente ancorada em dois tempos, um futuro escatológico e o futuro do pós-morte. Embora a morte não seja celebrada e nem afaste a dor da perda por isso, essa esperança no pós-morte é uma maneira não só de consolo, mas de torná-la um vínculo com a coletividade e reafirmar a pertença à comunidade do(a) morto(a). A esperança do reencontro e do 'descanso' da vida terrena alimentam os rituais funerários para esse grupo. Para o grupo neopentecostal estudado, a morte ou a ideia de morte tem um lugar tão periférico na doutrina religiosa que raramente ouvi essa palavra nos cultos e rituais durante os mais de dois anos de etnografia que lá realizei. Um futuro posto no tempo presente, alicerçado na teologia da prosperidade e saúde, é o fundamento da esperança desses neopentecostais. Diferentemente do grupo protestante histórico, que ainda vela, embora com cada vez menor frequência, adeptos mortos em suas dependências, não há, nos cultos e nos informativos do grupo neopentecostal, qualquer alusão sobre a morte ou estado terminal, em caso de doença grave, de seus adeptos. A morte não existe, nesse sentido, no discurso da liderança desses neopentecostais. Ela se torna o 'inimigo' da doutrina de prosperidade e saúde desse grupo e, portanto, não é sequer mencionada. São os casos de vitória sobre ela que ocupam centralidade. Admiti-la significa derrota e falta de fé, o que é bastante diferente entre os protestantes históricos. Admiti-la e com certa constância significa reafirmar a condição humana de finitude, como resultante do pecado original herdado por todos os humanos, e a importância de viver uma moralidade que conduza a uma vida digna de receber do divino o 'céu', a vida eterna e não a morte eterna. Isso tudo, tanto para neopentecostais como para os protestantes, tem uma articulação direta de como organizar a vida cotidiana e a subjetividade, os posicionamentos diante das mais diversas questões. Assim, a esperança é o amálgama de todas essas relações que, informadas pela memória coletiva, em dinâmica ininterrupta, alimentam a constante elaboração da identidade desses grupos.

UA: As redes sociais introduzem um terceiro elemento na comunicação entre religião e seguidores: a sociedade civil não religiosa. De que modo as redes sociais e este terceiro elemento afetam as estruturas das relações religiosas?

AKMP: As redes sociais são mais um espaço de sociabilidade, completamente ligado a outros tantos. Por isso, ali também se encontram os elementos simbólicos e de significados produzidos em outros espaços ao mesmo tempo em que nele se produzem elementos que 'conversarão' com esses outros e que, por sua vez, produzirão outros novos, híbridos ou não. No entanto, há especificidades nesse espaço, o das redes sociais, que podem promover expressões que não se faria comumente em outros, inclusive porque nele, via de regra, podem 'conviver' pessoas de vários credos, moralidades, ideologias e posicionamentos. A afetação, portanto, não é unilateral, mas multilateral e engendra uma série de questionamentos e posturas das mais variadas e com os mais variados sujeitos, religiosos, não-religiosos, a-religiosos. As alianças e os enfrentamentos são complexos e, no plano das estruturas religiosas, afetam-se de forma a reafirmar, enfraquecer ou radicalizar posturas, especialmente as morais. Arrisco dizer que os embates políticos no Brasil, alimentados pela forte presença de grupos políticos evangélicos institucionalizados, tem levado a questionamentos e muitos deles se revertem à fundamentalização de posturas conservadoras, de valores morais que se pretendem universais e, por isso, devem ser universalizados. Os grupos religiosos que se centram no proselitismo são os que mais se expressam nesse sentido. Mas há, ainda, as expressões denunciadoras das intolerâncias religiosas, o que é algo bastante interessante e que toca questões mais 'universais' propostas pelos direitos humanos. Isso tudo não está localizado ao 'mundo virtual', mas espalha-se, conecta-se num fluxo comunicacional que gera novas, embora às vezes microscópicas, configurações e pequenas fissuras e aberturas que, aos poucos, levam a novas interpretações sobre os valores religiosos intra, extra e intergrupos.

UA: Como você avalia os estudos da religião hoje no Brasil e no mundo? Você vê perspectivas de crescimento da área? Acredita que os debates sobre laicidade podem ser um fator positivo para o avanço da área ou podem acabar tornando o papel das religiões menos relevante no mundo?

AKMP: Acho que os estudos da religião, tanto no Brasil como no mundo, têm não só crescido, mas têm sido compreendidos por vários setores como essenciais para pensar interdisciplinarmente o mundo globalizado. No Brasil, a importância de se estudar religiões parece ter ganhado peso não só no que toca às questões de laicidade, dado o cenário político atual já apontado, mas também no que se refere ao pluralismo religioso agora reconhecido e publicizado. Relacionados a ele estão o declínio das religiões de origem, o trânsito religioso (que não necessariamente diz respeito à ruptura em relação a uma religião para a adesão de outra, mas também à adesão de várias, simultaneamente) e os episódios de intolerância, da violência, física e simbólica, de grupos religiosos em relação a outros. Não se pode deixar de apontar que ainda há, infelizmente, os que pensam que estudar religião é ter como propósito empoderar o valor do religioso no mundo moderno e, portanto, contrariar a racionalidade da ciência. Essa ideia equivocada ainda graça nos espaços universitários, não só no Brasil, mas talvez menos do que há pouco tempo.

Os acontecimentos de terrorismo recentes relacionados ao fundamentalismo de grupos religiosos, como os radicais Estado Islâmico e Boko Haram, nos levam, a todos, estudiosos de religião ou não, a refletir sobre a importância de compreender o significado dos valores religiosos, das radicalizações de grupos religiosos que estão associadas a questões que nos afetam a todos como a desigualdade social, o colonialismo e os imperialismos contemporâneos, as estratégias do capitalismo moderno, os nacionalismos acirrados, as fronteiras, simbólicas ou não, que barram o 'estrangeiro', os significados da liberdade de expressão. Diante disso, é incontornável o estudo dos sentidos da religião e dos grupos religiosos.